

REBENA
REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO E APRENDIZAGEM
V.4 (2022)

**CURRÍCULO ESCOLAR: O REAL E O IDEAL NA ZONA RURAL
DO ESTADO DO AMAPÁ**

School curriculum: the real and the ideal in rural areas
of Amapá State

Jacyguara Costa Pinto¹
Paulo Ronaldo da Costa Brito²
Vanusa Rocha Moraes Monteiro³

RESUMO

O objetivo do artigo foi analisar o currículo escolar, qual é o real e qual é o ideal para a escola localizada em zona rural no estado do Amapá. Foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, para realizar a seleção de artigos científicos, livros, monografias, dissertações e teses que abordam a temática e que, possam auxiliar na construção do referencial teórico sobre a possibilidade de definir um currículo ideal e real para a escola localizada na área rural. Os dados identificados, sofreram análise de conteúdo de natureza qualitativa e abordagem descritiva, sendo organizados em três seções. Os resultados analisaram a história, políticas públicas e ideologias de organização do currículo escolar, as tipologias de currículo que estão sendo adotadas na educação básica, e elencam as principais características do currículo proposto na educação básica do Estado do Amapá. Concluiu-se que as escolas rurais proporcionam uma formação geral e intelectual para os filhos dos moradores locais de cada comunidade, evidenciando-se terem, precariamente, acesso à escolarização, pois nela poderiam ter preparação para o trabalho físico (para profissões manuais), com conhecimentos reduzidos e quase nenhuma preocupação com o desenvolvimento intelectual.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Real. Ideal. Zona Rural. Amapá.

ABSTRACT

The objective of the article was to analyze the school curriculum, which is the real and which is the ideal for the school located in rural areas in the state of Amapá. The methodology of bibliographic research was used, to perform the selection of scientific articles, books, monographs, dissertations and theses that address the topic and that can help in the construction of the theoretical framework on the possibility of defining an ideal and real curriculum for the school located in rural areas. The identified data underwent content analysis of qualitative nature and descriptive approach, being organized in three sections. The results analyzed the history, public policies, and ideologies of the school curriculum organization, the curriculum typologies that are being adopted in basic education, and list the main features of the proposed curriculum in basic education in the state of Amapá. It was concluded that rural schools provide a general and intellectual formation for the children of the local residents of each community, evidencing that they have, precariously, access to schooling, since they could have preparation for physical work (for manual professions), with reduced knowledge and almost no concern with intellectual development.

Keywords: School Curriculum. Real. Ideal. Rural Zone. Amapá.

¹ Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). jacyguaracosta@gmail.com.

² Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). profpauloef@hotmail.com.

³ Universidad del Sol. vanusamorais@yahoo.com.br.

1. Introdução

O artigo apresenta estudos sobre o tema currículo escolar: o real e o ideal na zona rural do estado do Amapá. A temática foi escolhida após a realização de estudo tipo levantamento bibliográfico composto por vários teóricos que pesquisam a História do Currículo, especificamente o currículo ideal e real, visando dessa forma complementar o embasamento teórico para a construção de estudos finais de conclusão de doutorado em Ciências da Educação.

A organização deste artigo teve por pretensão apresentar e analisar os desdobramentos históricos do currículo no contexto escolar até a contemporaneidade. A referente pesquisa se justifica pela sua originalidade, por não haver dentro das academias no Estado estudo que trate especificamente do referido tema, tendo como pressuposto que este é um vetor cultural dentro da sociedade.

Do ponto de vista da Pedagogia, a pesquisa apresentada nesse artigo é relevante por se enquadrar na necessidade de se estudar as transformações do currículo. É de relevante contribuição para o avanço do entendimento e pesquisa sobre a forma de como é realizada a abordagem do tema com intuito de verificar como vem sendo (re) elaborado essa questão no âmbito escolar. Dessa maneira, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Em matéria de currículo escolar, qual é o real e qual é o ideal para a escola localizada em zona rural no estado do Amapá?

Ante tal problemática, teve-se o objetivo geral de analisar o currículo escolar, qual é o real e qual é o ideal para a escola localizada em zona rural no estado do Amapá. Em relação aos objetivos específicos, buscou-se: analisar a história, políticas públicas e ideologias de organização do currículo escolar; as tipologias de currículo que estão sendo adotadas na educação básica; elencar as principais características do currículo proposto na educação básica do Estado do Amapá.

Para este artigo, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, para realizar a seleção de artigos científicos, livros, monografias, dissertações e teses que abordam a temática e que, possam auxiliar na construção do referencial teórico sobre a possibilidade de definir um currículo ideal e real para a escola localizada na área rural.

Os dados identificados, sofreram análise de conteúdo de natureza qualitativa e abordagem descritiva, sendo organizados em três seções: história, políticas e ideologias do currículo escolar; tipologias de currículo na educação básica brasileira; a concepção projetada no currículo escolar na rede de ensino do estado do Amapá.

2. História, Políticas e Ideologias do Currículo Escolar

A Constituição de 1988 previa a adoção do currículo escolar por todas as instituições de ensino do país - pelo menos no nível fundamental. A medida visa garantir que todos os estudantes do Brasil tenham acesso a uma série de currículos fixos considerados mínimos para a formação básica. O currículo não é estático, pelo contrário, ele foi e continua sendo construído.

A reflexão sobre isso é importante, porque, conforme Veiga-Neto (2002, p. 7) afirma, "a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares". As propostas curriculares de âmbito nacional, referenciadas nas reformas curriculares de diversos países, apresentam em seu discurso uma verdadeira composição de textos com diferentes orientações que nelas são incorporados, como pode-se verificar no caso da reforma curricular brasileira. Existem influências das mais diversas.

Agências de fomento e de orientação internacional, de políticas econômicas e culturais, produção acadêmica e propostas curriculares de outros países como resultado de ações de cooperação assumem, dessa forma, algo que pode se denominar como discurso global, reinterpretadas no contexto local onde a proposta se insere.

Esse quadro de grande variedade de discursos que acaba compondo uma proposta curricular é identificado por Bernstein (1998) como paleta pedagógica, uma metáfora que ilustra bastante a diversidade e a possibilidade de criação de novos matizes a partir da união/fusão de mais de um discurso, criando um novo texto que, de alguma forma, pode conservar elementos adquiridos nos processos anteriores.

A proposta curricular da reforma brasileira se compõe de variados discursos que precisam ser reconhecidos para a compreensão da presença de cada um deles considerados os seus diferentes campos de produção. Mesmo que pareça haver um discurso homogêneo, não se pode desconsiderar que a composição de uma proposta curricular que venha a se apresentar na reforma precisa incorporar, para garantir uma certa legitimidade, uma série de discursos sobre a educação, e no caso da formação de professores, sobre o trabalho docente. Tais discursos correspondem a pensamentos muitas vezes divergentes.

O campo do currículo se originou e se desenvolveu nos Estados Unidos, e foi na Inglaterra, que pela primeira vez se elegeu o currículo como foco central da Sociologia da Educação. Mesmo antes de se constituir em objeto de estudo de uma especialização do conhecimento pedagógico, o currículo sempre foi alvo da atenção de todos os que buscavam entender organizar o processo educativo escolar.

No entanto, foi somente no final do século XIX e no início deste, nos Estados Unidos que um significativo número de educadores começou a tratar mais sistematicamente de problemas e questões curriculares, dando início a uma série de estudos e iniciativas que, em curto espaço de tempo, configuraram o surgimento de um novo campo. Destaca-se, por parte dos superintendentes de sistemas escolares americanos e dos teóricos considerados como precursores do novo campo, a preocupação com os processos de racionalização, sistematização e controle da escola e do currículo.

No Brasil, o campo do currículo nasceu na efervescência do escolanovismo, tendo sofrido influência do pensamento progressista em educação, especialmente das ideias Dewey (1979) e Kilpatrick (1970). Currículo era então como as experiências vivenciadas pelos estudantes sob a coordenação da escola. Nos anos 60, o desenvolvimento do campo do currículo foi marcado pela introdução da disciplina currículo e programas nos cursos de Pedagogia. Desde então, o currículo tornou-se campo de ensino e pesquisa no interior das faculdades e universidades do Brasil.

Nos anos 80, na segunda metade da década, há uma renovação na produção sobre o currículo no Brasil, com a tradução de livros de autores estrangeiros que utilizavam outras abordagens teóricas para o tratamento das questões curriculares e com a publicação de livros e artigos e de autores nacionais a partir de uma perspectiva crítica.

Já no final da década de 80 e início da década de 90, o currículo passa a ser problematizado a partir de suas relações com as esferas políticas, econômicas e socioculturais, sendo entendido como todas as experiências e conhecimentos proporcionados aos estudos no cotidiano escolar, através tanto do currículo explícito quanto do currículo oculto.

Vale ainda lembrar que diferentes especificidades ou dimensões do currículo são hoje tratadas na bibliografia desse campo. É importante entender o significado das expressões criadas para traduzir essas especificidades, para uma melhor compreensão da produção nessa área. Os principais estudos do desenvolvimento do pensamento curricular no Brasil apresentam uma visão simplificada desse desenvolvimento, já que o entendem como simples cópia da tendência tecnicista originada nos Estados Unidos (MOREIRA, 2009).

Deste modo, percebe-se que no Brasil ainda é bastante escassa a abordagem referente à história, ou melhor, o surgimento do currículo no Brasil. Moreira (2009, p. 15) "Em nossa análise, ir além da visão do campo como uma cópia de seu congêneres americano e enfatizar a interação entre a influência americana e a produção dos teóricos

brasileiros". Desta forma, procura-se verificar como se deu o surgimento do currículo no Brasil, sendo que o mesmo passou por grandes influências americanas até chegar no Brasil.

Percebe-se que o campo do currículo no Brasil e o fazer curricular exigiam certa exclusividade e por causa desta exclusividade o currículo no Brasil tornou-se um paradigma, que ao ser substituído torna-se ultrapassado ao antecedente. Como afirma Moreira (2009), ao se desejar de fato interpretar a evolução do campo do currículo no Brasil, é essencial identificar e analisar suas origens. Isso significa rejeitar a ideia de que o pensamento curricular brasileiro emergiu em um vácuo, no início dos anos setenta, sem nenhuma influência ou interferência de enfoques anteriores.

A abordagem sobre currículo deve ser orientada pela escola que garanta a autonomia dos indivíduos. Sendo que o currículo é fator determinante do projeto pedagógico, pois é de suma importância a participação de todos os envolvidos como: Secretaria de Educação, Escola, Professores e Comunidade, em abordagem ao tema; permitindo que as mudanças sejam negociadas e não impostas. Não se pode colocar professores como inimigos e sim como mediadores do processo educacional levando-se em consideração os educandos e a interação com os avanços das ciências existentes entre a sociedade e a natureza.

Neste sentido entende-se que as escolas busquem trabalhar com a (re)significação dos livros didáticos e outros recursos disponibilizados pela Secretaria de Educação, entre eles o livro didático, dando ênfase a um novo currículo trabalhado de acordo com o conhecimento prévio dos educandos. Cujas metodologias podem ser aplicadas em um grupo multisseriado, essa dinâmica permite ao educador ajudar aqueles que precisam se ausentar da escola por um determinado período (por motivos de saúde, atividades familiares, clima etc.), pois, ao retornarem, darão prosseguimento aos estudos do ponto em que pararam, sem prejuízo para sua aprendizagem, isto é possível, também devido a noção do currículo que auxilia a organização.

Quando se pensa em montar uma escola, procura-se verificar todas as intenções educativas que a mesma deverá desenvolver, partindo do Projeto Político Pedagógico (PPP), qual o público que a escola receberá, quais são as estruturas, dentre outras características do perfil da instituição.

Verifica-se que as escolas constituem a matriz curricular, de acordo com os modelos de instituições antigas, levando-se em consideração as diretrizes e conteúdos existentes. Porém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) defende a

flexibilidade dos currículos, onde as escolas possam atender de forma direcionada, a população entre alunos e pais, de acordo com os interesses da comunidade.

A educação escolar deve muito se preocupar com o nível de desenvolvimento afetivo do aluno não, apenas para ajustar-se a ele, mas, sobretudo, para fazê-lo progredir cada vez mais, para desafiá-lo, ajudá-lo com pistas, despertando a vontade de ir em frente, de querer e buscar mais. [...] Dado este passo, certamente nascerá o interesse pelo o estudo, pela a frequência às aulas, pela participação em todas as situações de aprendizagem. Como uma ideia puxa outra, assim um interesse desperta outro. (COUTINHO, 2022, p.158).

Também, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem conteúdos para todos os componentes curriculares que serão trabalhados, em que cada um é dividido por seus conteúdos específicos. Sendo que a escola tem autonomia para alterar e elaborar sua grade curricular, conforme o necessário. É de suma importância que a escola perceba a relevância no ato de agir, levando-se em consideração conceitos e valores para a democratização do ensino, para uma boa formação do cidadão, dando oportunidade dos alunos refletirem e criarem meios para resolverem problemas para uma boa formação do cidadão, dando oportunidade dos alunos refletirem e criarem meios para resolverem problemas. “É o momento de diminuir as defasagens entre o que se ensina e o que se aprende.” (PONTES, 2021, p.84).

Dessa forma, a escola deixa de ser considerada mera transmissora de conhecimento, para ser mediadora, contribuindo na educação e formação de cidadãos críticos e participativos, havendo preocupação com o mundo em que vivem. Ressaltando a importância de se rediscutir o currículo, principalmente agora após a ampliação do ensino fundamental para nove anos, pois o ser humano é um ser de múltiplas dimensões e aprendem em tempos e ritmos diferentes, onde o conhecimento deve se construir e reconstruir a cada dia.

Percebem-se continuamente as mudanças pelo qual o currículo vai passando de acordo com o contexto de cada sociedade, formulado nos moldes a atender os interesses de escola. Assim por muitas vezes o currículo esteve vinculado a práticas negativas subordinadas as classes dominantes.

Na pós-modernidade o currículo vem expressando mais à vontade que o sujeito tem de aprender e apreender, produzindo novos saberes que contemplem a sua realidade podendo contribuir na elaboração e efetivação de um currículo mais integrado, na vida dos cidadãos garantindo o acesso e permanência a uma educação democrática priorizando um ensino-aprendizado de qualidade.

Ultimamente tem havido uma mudança de enfoque nos estudos nesse campo e currículo vem sendo entendido como artefato cultural, à medida que traduz valores,

pensamentos e perspectivas de uma determinada época ou sociedade. Tem sido enfatizado também o processo de constituição do currículo e as formas das quais ele também constitui identidades e subjetividades.

Estudos sobre currículo vêm assumindo importância no panorama atual da uno em propostas quais ele também constitui identidades e subjetividades. Estudos sobre currículo vêm assumindo importância no panorama atual da pesquisa em educação, influenciados por mudanças significativas em propostas curriculares que vem sendo implementadas. Isso se justifica também pela multiplicidade de estudos que podem ser realizados no campo do currículo, ao ponto que torna difícil, inclusive a sua delimitação.

Compreende-se o currículo em um cenário educativo complexo, no qual é necessário conhecer práticas políticas e administrativas que se expressam em seu desenvolvimento, às condições estruturais, organizativas, materiais, dotação de professorado, à bagagem de ideias e significado que lhe dão forma e que o modelam em sucessivos passos de transformação (SACRISTÁN, 2000).

3. Tipologias de Currículo na Educação Básica Brasileira

De acordo com Santos (2007), os tipos de currículos são: currículo oficial (formal, prescrito ou explícito), currículo experienciado, currículo oculto, e currículo nulo ou vazio. O currículo oficial é o que foi planejado oficialmente para ser trabalhado nas diferentes disciplinas e séries de um curso, é o que consta na Proposta curricular do Estado, nas Propostas Curriculares das Secretarias de Educação ou nos Livros Didáticos elaborados a partir destas. Ou seja, é tudo aquilo que é imposto pelo sistema de ensino, como as LDB, PCN, Proposta pedagógicas.

O currículo experienciado (real) é aquele que resulta da vivência cotidiana na escola e na sala de aula e das práticas de ensino, isto é, do contexto real em que se realiza. No currículo experienciado é internalizado, de fato, pelos alunos, o que é realmente aprendido, compreendido e retido pelos alunos de forma correta ou não, designado por currículo real. O que será realizado em sala, ou seja, é o planejamento de aula que o professor faz e vai praticar em sala de aula. Muitas modificações nesse processo podem ocorrer. É o planejamento e ação.

O currículo oculto corresponde ao conjunto de normas e valores implícitos nas atividades escolares, porém não-mencionados pelos professores ou não intencionalmente buscados por ele, que afetam a aprendizagem dos alunos e dos professores provenientes da experiência cultural.

E por último o currículo nulo ou vazio este se constitui nos conhecimentos ausentes, tanto das propostas curriculares (currículo ideal), como das práticas de sala de aula (currículo real), que abrangem conhecimentos significativos e fundamentais para a compreensão da realidade e a sua atuação. São todas as manifestações em ambiente escolar. São as simbologias que formam o ambiente escolar. Que não estão expressos em palavras ou não estão formalmente no papel.

Levando-se em consideração a definição de currículo escolar como sendo as experiências sociais acumuladas pelas crianças ao longo de sua existência, acredita-se que a LDB, mesmo implicitamente, pois não cita a expressão currículo escolar, contempla por assim dizer mesmo na teoria expectativas em relação ao assunto em curso.

A LDB estabelece, em seu art. 26, que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Referindo-se a pretensão de assegurar aos alunos a igualdade de acesso a uma base nacional comum, pois a elaboração da proposta curricular é em última instância competência da escola e envolve a participação dos professores e demais profissionais da educação visando à incorporação de projetos próprios da escola incluindo nestes as peculiaridades regionais e locais. É relevante considerar as especificidades dos ribeirinhos que também fazem parte do contexto escolar.

A Lei 13.005 foi sancionada no dia 25 de junho de 2014 que trata do Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos e prevê entre as diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da promoção humanística, científica, gestão democrática da educação pública;
- VII - cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto -PIB, que necessidades de expansão, com padrão de qualidade e assegure atendimento equidade;

IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;

X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

A escola deixa de ser considerada mera transmissora de conhecimento, para ser mediadora, contribuindo na educação e formação de cidadãos críticos e participativos, havendo preocupação com o mundo em que vivem.

4. A Concepção Projetada no Currículo Escolar na Rede de Ensino do Estado do Amapá

Ressaltando a importância de se rediscutir o currículo, principalmente agora após a ampliação do ensino fundamental para nove anos, pois o ser humano é um ser de múltiplas dimensões e aprendem em tempos e ritmos diferentes, onde o conhecimento deve se construir e reconstruir a cada dia. Então como alvo da pesquisa é o currículo operacionalizado na zona rural, sendo o real e o ideal no Estado do Amapá.

O Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá da Secretaria de Estado da Educação - SEED, foi elaborado pelos docentes da Rede Estadual de Ensino, e tiveram como Base Legal as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN entre outros. Levando-se em consideração que todo planejamento deve ser flexível à mudança, ou seja, de acordo com a realidade dos alunos e da comunidade, com suas diversidades e peculiaridades socioculturais.

O PCEBEA trata-se da sistematização de algumas práticas pedagógicas desenvolvidas no Estado, que tendem a colaborar na coesão da proposta pedagógica nas escolas amapaenses, bem como, trazem orientações gerais a fim de permitir que as práticas diferenciadas se desenvolvam, consolidem e se interpenetrem, acreditando-se que mesmo com a diferencialidade deverá existir uma unidade de trabalho, fundamentada em uma concepção de política pública.

O documento evidencia a valorização da cultura amapaense e procura garantir que o processo de ensinar e aprender sejam uma relação entre os saberes da comunidade e do conhecimento científico. Enfatiza a alfabetização nas diversas linguagens, onde deixa claro que o aprender a ler e ó escrever exige a apropriação de habilidades, sendo que tudo que a

escola ensina, independe dos níveis ou modalidades de ensino, é sempre um processo de alfabetização.

Deste modo, traz reflexões sobre todos os níveis da Educação Básica, procurando identificar os sujeitos envolvidos no processo e os conteúdos que permitem a mediação necessária ao processo de ensino-aprendizagem. Apresenta autonomia como a ferramenta básica da gestão escolar e referenciam os princípios da Legislação Nacional, incentivando as escolas a fortalecer os conselhos escolares.

A abordagem sobre currículo deve ser orientada pela escola que garanta a autonomia dos indivíduos. Sendo que o currículo é fator determinante do projeto pedagógico, pois é de suma importância a participação de todos os envolvidos como: Secretaria de Educação, Escola, Professores e Comunidade, em abordagem ao tema: permitindo que as mudanças sejam negociadas e não impostas. Não se pode colocar professores como inimigos e sim como mediadores do processo educacional levando-se em consideração os educandos e a interação com os avanços das ciências existentes entre a sociedade e a natureza.

Acredita-se que o currículo estabelece metas para facilitar o desempenho na atuação pedagógica com convicção em que o saber será ampliado. Portanto, a elaboração da proposta curricular implica a compreensão de que o currículo, mais do que os conteúdos escolares prescritos nas disciplinas, é o conjunto das diferentes aprendizagens que são exigidos no processo educacional, mas também são os valores, os comportamentos, as atitudes nas vivências da comunidade, a interação entre professor-aluno.

PCEBEA (2009, p. 37) "o saber de cada cidadão, na escola, abrange inúmeros fatores como: hábito de leitura, adquirido em família, assimilação ao contexto sociocultural e outros". Partindo deste princípio considera-se que os alunos que tiveram acesso a gêneros literários desde a infância ao chegar à escola trazem consigo uma bagagem intelectual que irá facilitar a sua aprendizagem, mas por outro lado a grande maioria da clientela educacional não teve oportunidades de estar em contato com esses gêneros, cabendo ao estado e mais especificamente a escola proporcionar o ambiente adequado para a difusão desses saberes.

A escola compete o reconhecimento de que o tempo necessário para que crianças, social e culturalmente diferentes, dominem a leitura e a escrita não pode ser o mesmo. Mais que isso: a escola cabe o compromisso de proporcionar a essas crianças o ambiente alfabetizador que não possuem em casa. Não há como negar que uma criança que convive com vários livros de literatura infantil desde o nascimento, com pais ou adultos próximos

que tem na leitura e na escrita suas atividades principais, tem indiscutivelmente mais oportunidades de exercitar-se na construção de seu conhecimento que uma criança das classes populares, com escasso ou nenhum acesso a livros e outros materiais impressos.

Se a educação formal, na escola, representa uma cisão, um corte em relação ao que a criança vinha construindo no convívio com a família, a escola precisa minimizar esse corte e dar continuidade aquele aprendizado, respeitando-se o estágio de conhecimento de cada um. Além do conhecimento de mundo de cada cidadão é necessário e importante que todos possam obter o saber da Língua Portuguesa. Em que a escola desempenha seu papel primordial com o seu projeto educativo.

E a partir do texto, oral ou escrito, que o aluno entra em contato com o mundo e com a língua, tendo em vista que ninguém aprende por intermédio de frases isoladas. Assim é no dia a dia do homem-sujeito, que rodeado por meios de gibis a clássicos ou didáticos, computador, Internet, Cd rooms está frequentemente envolvido por textos: por isso aprende-se e apreende-se por intermédio deles e é para administrá-los que se estudam e refletem-se regras (Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá, 2009. p. 37/38).

Neste sentido o domínio da língua é o processo pelo qual o aluno entra em contato com o mundo contextual, onde ele aprende com a interação de livros didáticos, jornais e computadores, sendo atributos essenciais para ampliar o desenvolvimento do aluno, enfatizando a construção do mesmo.

5. Conclusão

Sabe-se que a escola pública de hoje é diferente da escola do passado. A escola pública do passado era organizada para atender os filhos das famílias das camadas alta e média da sociedade, que, geralmente, já dispunham de uma preparação familiar anterior para terem êxito nos estudos.

As escolas rurais proporcionam uma formação geral e intelectual para os filhos dos moradores locais de cada comunidade, evidenciando-se terem, precariamente, acesso à escolarização, pois nela poderiam ter preparação para o trabalho físico (para profissões manuais), com conhecimentos reduzidos e quase nenhuma preocupação com o desenvolvimento intelectual.

Neste sentido, a situação pouco mudou no que se refere aos conteúdos do ensino, mas houve uma modificação fundamental: a escola pública de hoje - e aqui fale-se das escolas dos centros e periferias urbanas das grandes cidades, das pequeno porte das escolas rurais - escolas das cidades de médio grande contingente de crianças e jovens pertencentes à população pobre. Esta realidade impõe às escolas e aos professores a exigência de

recolocar a questão dos objetivos e dos conteúdos de ensino, no sentido de proporcionar a essa população uma educação geral, intelectual e profissional.

Entende-se que as escolas do Estado do Amapá de forma positiva trabalham no entorno da sala de aula com o currículo ideal, mas, muitas vezes são os professores junto com os pais que definem o currículo real, desta forma ambos buscam compreender de forma significativa o mesmo.

Observa-se que as escolas entendem a concepção de currículo escolar como um instrumento que serve de base para o planejamento interdisciplinar da sala de aula, é de suma importância para o professor, pois norteia a sua prática pedagógica no interior da sala de aula. São considerados também metodologias de aprendizagens que serão desenvolvidas e vivenciadas pelos alunos, desta forma são os planos elaborados pelos educadores para serem desenvolvidos no dia a dia da sala de aula.

Compreende-se que é nesta fase que se definem as estratégias de ação que correspondem à construção de situações de aprendizagem pensadas em função dos educandos e prevê o modo de avaliar a consecução dos objetivos de aprendizagem visados. Esta concretização do currículo designa-se por implementação do currículo e é uma concretização rigorosa do mesmo.

Portanto, as escolas entendem que através da proposta de ensino é que se poder formar cidadãos críticos e participativos no convívio da sociedade, onde os mesmos possam se preparar para exercer sua cidadania de forma ativa, formando-se sujeitos que possam questionar, sugerir e participar para a construção de uma sociedade mais justa.

Referências

AMAPÁ, Governo do Estado do. **Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá**. Macapá: Secretaria de Estado da Educação, 2009.

BERNSTEIN, B. **Pedagogia, control simbólico e identidad**. Madrid: Morata, 1998.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

COUTINHO, Raimundo Nonato. Gestão Escolar: Um Olhar sobre a Didática Construtivista na Práxis dos Professores da Rede Pública de Sobral-CE. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 3, p. 153-168, 2022.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

KILPATRICK, W. H. **Educação para uma civilização em mudança**. (Trad. Noemy s. Rudolfer). 8 eds.. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

MOREIRA, B. F. Antonio (org.). **Currículo: Políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 2009.

PONTES, Edel Alexandre Silva. A Práxis do Professor de Matemática por Intermédio dos Processos Básicos e das Dimensões da Aprendizagem de Knud Illeris. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 2, p. 78-88, 2021.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, Lucíola Licínio. Currículo em tempos difíceis. **Educação em Revista**, v. 1, n. 45, pp. 291-306, 2007.

VEIGA NETO, Alfredo. De Geometrias, Currículo e Diferenças IN: **Educação e Sociedade**, Dossiê Diferenças-2002.